



Agroecologia como produção, ciência e movimento: a percepção dos agricultores do Assentamento João Batista II, em Castanhal-PA
Agroecology as production, science and movement: the perception of the farmers of the João Batista II Settlement, in Castanhal-PA

FIGUEIREDO, Leonardo¹; SANTOS, Livia²; COSTA, Gilson³

¹Universidade Federal do Pará, leof.amazonia@gmail.com; ²Universidade Federal do Rio Grande do Sul, liviabida23@gmail.com; ³Universidade Federal do Pará, gilsoncosta@ufpa.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Construção do conhecimento agroecológico

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a contribuição da agroecologia como forma de resistência e de luta dos trabalhadores rurais que vivem no território do assentamento João Batista II em Castanhal-PA, a partir da perspectiva desses sujeitos. Para tanto, adotamos como procedimento metodológico a elaboração de entrevistas com base em roteiro semiestruturado e conversas informais com as (os) agricultoras (es). Desse modo, constatou-se que para os assentados a agroecologia é muito mais do que uma forma de produzir ou um novo paradigma científico, pois envolve uma variedade de outras dimensões, além do manejo de um determinado agroecossistema, trata-se de uma luta pelo direito à terra para produzir e garantir a reprodução social do campesinato, com outra relação entre sujeito (homem) e objeto (natureza), antagônica a produzida pelo capitalismo.

Palavras-chave: movimento dos trabalhadores rurais sem terra; autonomia; transição agroecológica.

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) figura um rol de grupos que têm acumulado experiências na produção agroecológica no país, cujas práticas apontam para uma recriação camponesa nos assentamentos rurais mediante a materialização de experiências de cooperativização e coletivização. Por isso, faz-se necessário investigar como vem se configurando a produção agroecológica no assentamento João Batista II, no município de Castanhal-PA, especialmente a experiência no sistema agroecológico, que é desenvolvido por uma das lideranças mais antigas do assentamento.

Debater o paradigma da agroecologia significa reafirmar a relevância de um modelo de produção, reprodução social, de ciência e de luta que se opõe a lógica hegemônica excludente da agricultura capitalista representada pelos grandes empreendimentos do agronegócio, pois ela emerge da construção coletiva e popular de um projeto de desenvolvimento sustentável endógeno dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Desse modo, o presente trabalho objetiva refletir sobre a contribuição da agroecologia como forma de resistência e de luta dos trabalhadores rurais que



vivem no território do assentamento João Batista II em Castanhal/PA, a partir da perspectiva desses sujeitos.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, procedeu-se uma pesquisa qualitativa, que procura responder a duas questões elementares: "como" e "por quê" um fenômeno ocorre num dado contexto (CAMPOMAR, 1991; GIL, 2008). Como ferramenta, utilizamos entrevistas com base em roteiro semiestruturado na perspectiva de Brumer et. al (2008) e conversas informais com 2 agricultores e 1 agricultora, além da observação local realizada no ano de 2019. Através dessas entrevistas, foi possível ter acesso às percepções dos assentados sobre as contribuições da agroecologia para a produção e reprodução da vida social no assentamento e as comparamos com as perspectivas dos principais teóricos da agroecologia, o que possibilitou reflexões interessantes que estão presentes ao longo deste trabalho desenvolvido no assentamento João Batista II, no município de Castanhal, estado do Pará, onde ocorrem conflitos por disputa da terra desde a década de 1960 conforme apontam Mendonça (2004), Delgado (2010) e Nascimento (2017). Somente nos anos 200 a fazenda, onde fica o assentamento, fora desapropriada e hoje as famílias constroem outras possibilidades para sobreviver e tentar garantir uma melhor qualidade de vida como por exemplo, a busca de uma produção agroecológica, a construção de cooperativas e a luta política através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Resultados e Discussão

A partir da pesquisa, constatou-se que para os agricultores a agroecologia, além de um novo paradigma científico e uma forma de produzir antagônica a agricultura capitalista, envolve diversos outros elementos, como podemos observar nas falas de Carlos e Ernesto ao explicarem que

A agroecologia vai muito além de uma forma de produção de alimentos saudáveis, ela corresponde a uma forma de reprodução social no campo, a nós agricultores assentados, onde criamos a nossa própria forma de existência (CARLOS - membro do MST e assentado do João Batista II, 2019).

é um modo de vida em que a terra e suas relações com a dimensão humana, econômica e espiritual são retomadas como elemento para uma outra forma de sociabilidade (ERNESTO - membro do MST e assentado do João Batista II, 2019).

Esses aspectos da agroecologia apresentados tanto por Carlos quanto por Ernesto dialogam com a compreensão sobre a agroecologia de Caporal et al. (2011) quando estes referem-se a agroecologia como ciência integradora, nutrida não só do conhecimento científico, mas também de conhecimentos tradicionais, empíricos de



agricultores e dos demais sujeitos envolvidos em processos de desenvolvimentos rurais, a autonomia e autodeterminação dos desses sujeitos. Isto porque a agroecologia incorpora o potencial endógeno, os aspectos socioculturais e agroecossistêmicos que formam as bases estratégicas de qualquer desenvolvimento rural que visem alcançar crescentes graus de sustentabilidade a partir do modo de vida local (BORSATTO; CARMO, 2013).

Além disso, constatamos que o lote ainda está em processo de transição agroecológica. Algumas práticas desenvolvidas já apresentam algumas tecnologias alternativas pautadas na agroecologia, como podemos observar na fala dos entrevistados

De certo modo, sim. Ainda não há no meu lote um manejo totalmente pautado nos princípios agroecológicos. Mas já temos algumas experiências neste sentido, a exemplo de a adubação orgânica das culturas perenes introduzidas no lote em uma experiência de SAF'S⁸, adubação verde em determinadas partes do lote, cobertura orgânica do solo para a ciclagem natural de nutrientes, assim como a introdução de plantas companheiras no sistema (CARLOS - membro do MST e assentado do João Batista II, 2019).

Estou em transição, produzindo mudas frutíferas e horta. Tenho um SAF integrado a criação de pequenos animais (ERNESTO - membro do MST e assentado do João Batista II, 2019).

A transição agroecológica objetiva uma agricultura com base em tecnologias sustentáveis, menos nociva ao meio ambiente, socialmente mais justa, orientada por valores que incorporem a dimensão ética na apropriação econômica daquilo que chama-se, modernamente, de recursos naturais, onde a ecologia e a economia se entreveram cada vez mais nos planos local, regional, nacional e mundial até formar uma rede concatenada de causas e efeitos (COSTABEBER, 1999).

Nesse sentido, questionamos também sobre a motivação em trabalhar com práticas agroecológicas, constatamos, como centralidade dos relatos, os benefícios voltados para sustentabilidade ambiental e para a saúde humana, como demonstram os relatos:

é preciso produzir pensando em saúde, tanto do trabalhador quanto da natureza. Nesse sentido, é propor a produção não enquanto alternativa, mas, sobretudo enquanto necessidade. É preciso romper com o modelo de produção convencional de queimada, de agrotóxicos, de "fertilização artificial", de manejo que degrada, embora que a médio e longo prazo. Em virtude de o agricultor ter necessidades imediatas, a agroecologia não permite ser vista a priori enquanto alternativa econômica. Não dá para radicalizar a priori como por exemplo nas culturas sazonais sendo o necessário artificializar com uso do NPK industrial (CARLOS - membro do MST e assentado do João Batista II, 2019).



Satisfação em saber que os alimentos que estou consumindo são saudáveis para mim e minha família (ROSA - membro do MST e assentado do João Batista II, 2019).

Sobre estes aspectos, é relevante frisar que a agroecologia dialoga com a proposta da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), cujo objetivo é garantir o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis a todos. Contudo, conforme salienta Ribeiro et al. (2012), esse direito só poderá ser efetivado com a garantia de que os alimentos serão produzidos em sistemas agrícolas sustentáveis.

Em relação as principais mudanças que a agroecologia tem provocado no cotidiano do assentamento os entrevistados referem-se

A relação de proximidade da terra/ humano, relação entre as pessoas, na alegria que a gente ver no camponês a cada passo dado na unidade entre agricultores que vivem a experiência (ERNESTO - membro do MST e assentado do João Batista II, 2019).

Mudanças ainda tímidas, porém, significativas visto que várias famílias já possuem agroquintais, SAFs. No Pará atualmente vem ocorrendo significativa socialização de saberes presente nas trocas de experiências, a exemplo das atividades desenvolvidas por meio do viveiro de mudas coletivo presente no Pará, o trabalho em equipe, a proposta de multiplicação das espécies a serem introduzidas nos agroecossistemas das famílias (CARLOS - membro do MST e assentado do João Batista II, 2019).

Os saberes populares resultam de uma relação de sinergismo entre ser humano-natureza e ser-humano-ser humano, na qual a terra possui valor social, que constrói a essência do homem no trato com a natureza, para produzir alimentos e o bem viver. De acordo com De Mari *et al.* (2017), na agroecologia os saberes populares se somam na construção de um novo paradigma produtivo no campo, baseado no valor de uso social da terra, em contraponto com a mera lógica do mercado. Para Silva (2007), os territórios camponeses são exemplos da recriação de relações sociais não capitalistas entre a natureza e o ser humano, onde prevalece o saber tradicional dos povos rurais no manejo dos ecossistemas para a perspectiva de sua sustentabilidade a longo prazo. Os saberes populares se somam na construção de um novo paradigma produtivo no campo, baseado no valor de uso social da terra, em contraponto com a mera lógica do mercado capitalista (DE MARI *et al.*, 2017).

O processo de formação sobre agroecologia ocorre por meio de estudos, debates, troca de saberes e experiências quando explicam que



através de cursos, feiras agroecológicas onde ocorre a roda de conversa para que haja a troca de saberes o que é de suma importância para disseminação de forma de produção com base na agroecologia e por meio do debate de artigos estudados (CARLOS – membro do MST e assentado do João Batista II, 2019).

através de cursos, experiências, debates na comunidade, feiras agroecológicas (ERNESTO - membro do MST e assentado do João Batista II, 2019).

através de estudos em oficinas que acontecem em lotes agrícolas que já possuem experiência com essa prática (ROSA - membro do MST e assentado do João Batista II, 2019).

Caldart (2004) compreende que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em conjunto com outros movimentos e organizações sociais do campo, desde o final da década de 1990, vêm demarcando espaços, disputando projetos de sociedade e de desenvolvimento rural, resistindo e fazendo oposição ao modelo de produção rural historicamente vinculado ao paradigma hegemônico de sociedade tão defendida pela classe dominante.

Tal paradigma, ao valorizar o lucro da produção obtido pela força de trabalho deslegitima outros elementos inerentes a dignidade da pessoa humana como o reconhecimento e valorização da cidadania, do direito a terra e produzir na terra, das relações sociais construídas na relação com os outros sujeitos, da cultura, dos saberes e da identidade dos sujeitos do campo que se constrói na relação com o seu território e no compartilhamento de experiências coletivas (HAGE, 2005; BRANDÃO; FERREIRA, 2011).

Conclusões

Destarte, a partir dos resultados apresentados, infere-se que os assentados compreendem a agroecologia uma possibilidade produtiva diante do modelo predatório de produção hegemônico dos grandes empreendimentos do agronegócio, e que, para além disso, possibilita benefícios não somente para si, mas também para todo o contexto social e ambiental em que estão inseridos, a partir de uma interação entre conhecimento científico e conhecimento tradicional proporcionados pela agroecologia.

Referências

BORSATTO, Ricardo S.; CARMO, Maristela S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645-660, out/dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/5kP8Yd3jWNBdtXcTT98SyVv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03 de março de 2023.



BRANDÃO, Elias C.; FERREIRA, Fabiano J. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista eletrônica de educação**. v. 5, n. 9, p. 1-14, 2011. Disponível em: https://www.educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_um_olhar_historico_uma_realidade_concreta.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRUMER, A et. al. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C.R. J. B. (org.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125- 147.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, J. A. PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, Francisco R.; AZEVEDO, E. O. (org.). **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Paraná: IFPR, 2011.

COSTABEBER, José A. **Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: Emater/RS, p. 67-120, 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil. Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DE MARI, Cezar L.; TAVARES, Philippe D. V. B.; DA FONSECA, Valter M. Alimentos, saberes e educação para o “bem viver”: os camponeses um passo adiante. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande do Norte, v. 34, n. 3, p. 37-54, set/dez. 2017. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/123456789/10942/7181-Texto%20do%20artigo-21135-1-10-20171108.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

HAGE, Salomão M. **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.

MENDONÇA, Yuri V. S. **Assentamento rural: da propriedade privada à produção coletiva: o caso dos Pa's Cupiuba e João Batista II**. 2004. 92 f. Dissertação de (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

NASCIMENTO, Tábita C. M. **O tempo livre e a produção da existência da juventude do campo: um estudo com jovens estudantes do Assentamento João**



Batista II – PA. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

RIBEIRO, Silvana M. et al. Agricultura urbana agroecológica-estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 25, n. 3, p. 381-388, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2269>. Acesso em: 13 de abril de 2023.